

A nomeação dos topônimos: memória e história em confronto entre o passado e presente

The nomination of place names: memory and history in the confrontation between the past and present

Teresinha de Jesus Baldez e Silva¹

Pedro Henrique Viana de Moraes²

Resumo: O objetivo deste artigo é propor uma análise do processo de construção dos topônimos paralelos que, como construções espontâneas populares, são enunciados linguísticos os quais, demarcados por um universo de transparência significativa, são desprezados pela administração pública dos órgãos governamentais. Pretende-se, ainda, discutir a relação dos topônimos designativos de lugares com seus usuários e evidenciar que sua função não é apenas significar, mas identificar um determinado espaço ao estabelecer com o público uma relação de referencialidade a qual subjaz traços de ordem subjetiva ou objetiva, definidores e identitários de uma determinada localidade. Nesse sentido é que os topônimos revelam fatos característicos do processo de formação de um lugar e propiciam o resgate da memória social e a construção de identidade(s).

Palavras-chave: Toponímia. Memória social. Identidade cultural.

Abstract: This article aims at proposing an analysis of the construction process of parallel toponyms which, as popular spontaneous constructions, are linguistic utterances marked by a universe of meaningful transparency that are despised by the public administration and government agencies. The survey also discusses the relationship between toponyms for place designation and their users with the goal of highlighting that their role is not only to signify, but also to identify a particular space by establishing a referentiality relationship with people which underlies subjective or objective features that define and identify a given location. In this sense, toponyms reveal characteristic facts of the process of a place formation and provide rescue of social memory and identity construction.

Keywords: Toponymy. Social memory. Cultural identity.

1. A onomástica e a ciência toponímica

Nada há no mundo que não seja nomeado. Quando uma nova espécie é encontrada na natureza, é dever da ciência batizá-la, obviamente, seguindo regras restritas já determinadas pelos compêndios. Batizamos filhos, animais, objetos pessoais, invenções. Ao tratar-se de nomes próprios, inserem-se no campo da Onomástica.

¹ Professora Associada do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão.

² Graduando do Curso de Letras da Universidade Federal do Maranhão

A Onomástica inscreve-se no campo geral da Lexicologia e investiga os nomes próprios de qualquer gênero. Possui bases etimológicas no vocábulo grego *Onoma* que se traduz por “nome”. Esta ciência está dividida em Antroponímia, ramo responsável pelo estudo dos nomes próprios de pessoas e Toponímia, objeto e guia deste trabalho, que diz respeito às nomeações espaciais.

A Toponímia, como parte da Onomástica, constitui, por sua vez, uma ciência do léxico de importância vital para o restabelecimento da carga não só sócio-histórica como também físico-cultural incrustada nas nomeações espaciais e que é compartilhada como elemento de vivência da própria coletividade. Esta ciência emerge como uma área altamente interdisciplinar ligada à realidade circundante tanto do nomeador quanto das gerações futuras, pois o que para o nomeador era o presente futuramente será a memória. Assim, Nabais considera que:

A toponímia define-se como o estudo dos nomes próprios de lugares habitados ou não e de sítios, países, ruas e caminhos ou a designação das localidades pelos seus nomes, e o estudo linguístico ou histórico da origem dos nomes das localidades. (NABAIS, 2008, p.5)

Acreditava-se, inicialmente, que a competência da toponímia restringia-se apenas ao caráter geográfico de estabelecimento das origens denominativas das localidades. A ciência, como disciplina autônoma, despontara na França, no ano de 1878, com Auguste Longnon que efetuou um levantamento de suas nomenclaturas. A toponímia espalhou-se pela Europa e, posteriormente, pelo resto do mundo após a realização de alguns congressos sobre o tema e a configuração de centros de estudos onomásticos, sobretudo de toponímia em diversos países, inclusive nas Américas, com destaque para os Estados Unidos e o Canadá.

Com o passar do tempo e os avanços nos estudos e pesquisas, caminhou-se para uma maior interdisciplinaridade, abarcando áreas como história, linguística, antropologia, etc. Esse alargamento teórico surgiu porque se considerou que o toponimista pode analisar, também, e nesse sentido o topônimo favorece, a formação social da época da denominação, o sistema econômico vigente, a visão religiosa e mitológica, a cultura, os grupos sociais e até mesmo o modelo agrícola.

No Brasil, esta ciência ganhou valiosas contribuições de estudiosos das línguas indígenas brasileiras, principalmente o Tupi, com o intuito de que as ricas nomenclaturas coloniais primitivas, amplamente heterogêneas, fossem estudadas. Uma das maiores estudiosas nesse campo e com produções prolíficas é Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick. A pesquisadora é responsável pela criação de um sistema de taxionomia dos topônimos de grande valia para os estudos na área. Essa classificação abrange dois grandes polos: os de natureza física – agrupam *taxes*³ em função da relação do homem com o seu ambiente - e os de natureza antropocultural - refletem as *taxes* de ordem sócio-histórica e cultural.

2. O processo de nomeação dos topônimos

Desde os primórdios, os homens necessitavam conhecer o espaço natural intimamente ligado à sua sobrevivência. O homem, provido de seu instinto de curiosidade, sempre se relaciona inevitavelmente com o espaço no qual está inserido e, assim, procura ser e estar no mundo. A capacidade do sujeito denominador/enunciador agregar valores aos topônimos pela possibilidade de poder investir caráter simbólico a características do espaço, ao articular a língua com a realidade local, é o pressuposto para essa exploração. Tal capacidade configura-se como a razão do pragmatismo das nomeações iniciais que funcionavam, em sua maioria, como sinais de localização. Assim, o espaço geográfico era descoberto e “recortado” por aqueles que dele dependiam.

Os primeiros topônimos funcionavam, portanto, como verdadeiros "sign-posts", ou marcas semióticas de identificação dos lugares, - usadas com a finalidade de distinguir as características de espaços semelhantes: uma forma, uma silueta, o perfil de-uma paisagem se apresentando como recortes de uma corografia⁴ maior a ser detalhada. (DICK, 1995, p.60)

Por conta desse lado desbravador do homem que procurava denominar para identificar é que ”nesses tempos imemoriais, nome e lugar ou objeto a ser nomeado eram uma só coisa. Tinham a mesma identidade, expressando a relação unívoca entre os atores do processo denominativo”. (DICK, 1995, p. 60)

³ Categorias toponímicas que classificam os topônimos levando em consideração os seus traços semânticos.

⁴ Conforme Houaiss (2001, p. 841), “descrição ou representação de um país, região ou área geográfica particular num mapa ou carta, que explicita visualmente, através de código(s), as suas características mais notáveis”.

O ato de nomeação inicia-se em uma fase anterior à verbalização, um estágio mental, cognitivo. É aí que o homem recorta uma parcela da paisagem, interpretando-a, referenciando-a e instaurando o campo linguístico que é de natureza semântica. Tudo isto é mais do que um ato individual, pois a visão geral de cada grupo influi na atitude denominativa filtrada pela percepção do sujeito denominador.

Um exemplo fortuito seria o da nossa colonização. No sistema toponímico brasileiro é fácil reconhecer em seus registros camadas superpostas de cunho etnográfico. As primeiras denominações estavam imersas na língua e cultura nativa. Era comum entre os gentios o uso de topônimos que se reportavam às características de natureza físico-natural com predominância de semas relacionados aos elementos: água (Paraná, “rio grande semelhante ao mar”); vegetação (Pindorama⁵ faz referência a “país ou região das palmeiras, nome que os ando-peruanos e populações indígenas pampianas dão ao Brasil”); animais (Tamandateí, “rio do tamanduá verdadeiro”); pedra (Itapecuru, “água caminha entre as pedras”), além de outros de natureza física que refletiam a lida diária do homem com o espaço. Os portugueses, na primeira fase, aceitaram parte desses topônimos, pois, como leigos na nova terra, necessitavam do saber gentio para explorá-la. Urgia, primeiramente, conhecer a terra, não nomeá-la.

O domínio da terra pelo europeu, assim, antes de ocorrer pela força, fez-se pela língua, no aprendizado direto com o autóctone. Por isso se fala tanto da influência dos termos índios no designativo de animais e vegetais, principalmente. (DICK, 2006, p. 95)

Contudo, na época do descobrimento, impuseram os europeus aos colonos a sua visão de mundo cristianizada, ao batizarem inúmeras localidades geográficas com nomes de santos, santas ou outros fenômenos ligados à cristandade – Monte Pascoal, Terra de Santa Cruz, Baía de Todos os Santos - como tentativa de domínio ideológico, forma pela qual o topônimo também se realiza. Nesses casos, no início do período de colonização, as nomeações obedecem a uma outra ordem de fatos, ou seja, mais antropológica. Sem esquecer que o homem, deslumbrado pelo mistério do incompreensível, com suas tradições religiosas, lendas e mitos é bem mais intimista nas suas nomeações, refletindo outro estágio de cosmovisão do seu povo.

⁵ Confira Houaiss (2001, p.2214)

Com o desenvolvimento linguístico acentuado pela presença do material escrito e a tradição político-literária, surgiram outros tipos de denominação que se relacionavam à esfera cultural presentes nas ruas e praças das cidades. Por esse processo, os estados de espírito passaram a ser transferidos, com maior frequência, para a nomeação dos espaços (Rua da Alegria, Rua dos Afogados), resultando em topônimos mais efusivos e menos pragmáticos, porém motivados.

De fato, as designações dos espaços estão estreitamente ligadas às características do local: topografia, dimensão dos acidentes geográficos, santos de devoção, elementos da cultura material, atividades locais, etc. e estabelecem uma inter-relação entre o homem, sua língua, seu ambiente e sua cultura. Em geral, são conhecidos mais recentemente por topônimos paralelos e, segundo Vieira (2000), manifestam a visão de mundo do denominador em sua relação com o referente e persistem, alguns, mesmo após a nomeação oficial.

3. O signo linguístico e o signo toponímico

Quando os pupilos do linguista suíço Ferdinand de Saussure, publicaram a obra póstuma *Curso de Linguística Geral*, em 1916, estabeleceu-se um marco que separou a ciência linguística moderna da tradição dos estudos anteriores de cunho historicista.

Na obra que trata de diversos temas concernentes à língua e seu funcionamento, há um que é muitas vezes privilegiado nessa área de estudo: trata-se da questão do signo linguístico. Saussure contrapõe-se à tradição de base aristotélica de que o signo é nomenclatura e que estabelece uma relação entre nome e objeto como se fosse uma etiqueta linguística. Para o genebrino:

O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (empreinte) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial. (SAUSSURE, 2006, p. 80)

Isso significa que os dois lados componentes do signo estão no campo cognitivo. Por isso a imagem acústica não diz respeito ao objeto material, mas sim à impressão do som tal como ele é percebido pelos nossos sentidos e, assim como o conceito, ambos são de ordem psíquica. Estabelece-se, desse modo, que o significante (imagem acústica) não possui relação motivada com o seu significado (imagem conceitual), pois o significante *mar* poderia

corresponder muito bem a outro significado, como o de *gato*. Não há ligação direta de sentido, senão uma arbitrariedade.

Por outro lado, no âmbito toponímico, tudo é motivado. No percurso entre o signo linguístico e o signo toponímico, há algumas características que explicam essa motivação. Há, na verdade, uma relação muito próxima entre o significante e o significado ou as duas partes do sintagma toponímico que, por sua vez, é constituído recortando a própria imagem do ambiente geográfico ou cultural que se agrega naturalmente à designação do topônimo.

Mais precisamente, desde o momento em que o falante escolhe um termo da língua para nomear o espaço, seja de natureza física ou antropocultural, está aí impondo sua percepção da realidade circundante, ao considerar como pano fundo uma natureza motivada que se inscreve no ato do batismo do processo de nomeação de uma realidade espacial. A transformação de substantivos comuns em próprios está relacionada com a vontade do nomeador, sua interpretação de mundo, portanto, não pode ser arbitrária.

4. Toponímia e memória: a fragilização das nomenclaturas oficiais

Como já explanado, a toponímia situa-se no âmbito da memória coletiva e das tradições. A partir do momento em que o topônimo é criado, cabe à comunidade aceitá-lo ou não e o acordo tácito sinalizado como aval positivo põe aquela denominação na história daquele grupo. Entretanto, há de se considerar que tentar trocar aspectos do signo linguístico ou mudar a seleção significado/significante, individualmente, é, no mínimo, absurdo para o pensamento da vertente saussuriana. Não obstante, isso pode ocorrer com os signos toponímicos, em especial, com aqueles que correspondem ao âmbito sociocultural.

Nos centros urbanos, as inúmeras mudanças urbanísticas, os eventos históricos de grande porte ou mesmo fatos obscuros que se perderam no passado podem modificar os topônimos. Ocorre que, na maioria dos casos, há algo mais profundo que se impõe de forma negativa, a tentativa oficial, ideológica, de mudança do topônimo com relação aos nomes de ruas, praças e avenidas das cidades em função de ordens diversas. O problema é que, além da tentativa de apagamento da memória, já que a história é tudo aquilo que não se consegue apagar, há ainda a fragilidade do novo topônimo que passa a funcionar como topônimo oficial

enquanto o original, já cristalizado, mantém, em muitos casos, a primazia no gosto dos usuários. Dick a esse respeito explica:

Qualquer que seja, porém, a filogênese dos topônimos discutidos em uma determinada espacialidade, interpretamos essas unidades vocabulares como “expressões fixas” da língua, aplicando-lhes o mesmo ordenamento dos eixos paradigmático e sintagmático das línguas. (DICK, 2014, p.1)

Inúmeros nomes fracassam, porque não observam que as cidades são entidades orgânicas nas quais os habitantes promovem diversas relações com os espaços. Há uma troca sentimental entre a cidade e quem nela vive. Os nomes que batizam os caminhos urbanos estabelecem uma troca simbólica com seus referentes, mas os grupos políticos ignoram essas relações devido ao uso ideológico e artificial de denominações de ordem, sobretudo, política. As nomeações constituem, em verdade, portfólios culturais e funcionam como pressupostos inalienáveis que carregam traços identitários de uma determinada comunidade. Nessa perspectiva é que como signos semióticos da memória, ao sofrerem quaisquer modificações profundas ou serem destruídos, produzem a impossibilidade de deixar para as gerações futuras a carga cultural presente nessas nomeações.

Alguns países apresentam leis avançadas em relação à nomeação dos espaços que, em diversos níveis, dispõem de um tratamento adequado ou próximo ao adequado na lida com os topônimos urbanos e rurais. Como exemplo:

Em Portugal existem regras muito claras quanto ao uso da toponímia para a denominação de lugares. O cuidado na escolha dos topônimos tem como pretensão que os topônimos estejam intimamente ligados aos valores culturais e sociais das populações portuguesas, refletindo e perpetuando a importância histórica, entre outras, dos fatos, pessoas, eventos e lugares. (DI TIZIO, 2008, p.99)

Isso evidencia como os moradores da cidade estabelecem relações íntimas com o espaço. De fato, o espaço constitui-se como parte da pessoa, porque a cidade é, na verdade, o palco de sua vida. Mesmo se um indivíduo souber da existência do outro nome, não o preferirá porque sabe que a sua utilização será artificial.

São Luís, com seus becos e ruas estreitas, é um rico exemplo de topônimos paralelos. O Centro Histórico de São Luís com cerca de 4.000 imóveis tombados pela União e, com traçado urbano dos séculos XVIII e XIX, a sua área de tombamento é de 60 hectares. A cidade possui uma história peculiar: fundada por franceses, sofreu uma rápida investida

holandesa e, por fim, fora retomada por portugueses. Os lusitanos estabeleceram seu domínio e definiram o traçado urbanístico e a arquitetura característica que perdura até hoje.

Convém lembrar, ainda, que a capital do Maranhão, ao longo de sua história, desempenhou relevantes papéis econômicos e políticos. Fora um dos celeiros literários de nosso país e chegou a ser a 4ª mais importante cidade brasileira. Nos séculos XVIII e XIX, a região era muito ativa economicamente, o que lhe rendeu importância nacional. Não obstante, uma profunda estagnação econômica no século XX assolou a região que não mais conseguiu atingir as glórias do passado:

Por outro lado, esse período de isolamento permitiu a preservação do conjunto de São Luís. A incapacidade de realizar investimentos nas últimas décadas restringiu a renovação urbana que contribuiu para descaracterizar os centros históricos das outras cidades. (IPHAN, 2015, p.5)

Por conta disso, amplas referências toponímicas acabaram por ser preservadas em São Luís como herança do período colonial e imperial. Todavia, o século XX apresentou um acréscimo nas tentativas de nomeação oficial, por conta das mudanças políticas e conturbações de ordem social que ocorreram desde a Proclamação da República. Surgiram novas designações de cunho cultural ou ideológico que começaram a despontar ao longo da história do país.

Assim, após a Proclamação da República, muitos logradouros passaram a ter outros nomes ligados à nova ideologia oficial, na tentativa de afirmação do novo regime. As ruas das cidades brasileiras passam a receber nomes ligados a acontecimentos ou a pessoas que se relacionam de forma significativa com a história do país – Rua 7 de Setembro, Praça da República, Rua José do Patrocínio, Praça Deodoro, etc. O mesmo ocorrera na França após a Revolução Francesa e, na China, após a implantação do regime comunista.

Essas bruscas modificações provocaram novas nomeações que ameaçaram, pelo distanciamento temporal, as fontes motivadoras de suas nomenclaturas as quais como parte integrante de suas práticas sociais e culturais refletiam o ambiente físico ou antropocultural das comunidades em foco em um determinado momento.

5. A relação morador e rua

As ruas são os espaços físicos por onde as pessoas circulam e trafegam. O espaço onde várias gerações convivem mutuamente ou não. É o lugar onde se cruzam as histórias do presente e do passado.

Em São Luís do Maranhão, a maioria das ruas do Centro Histórico, apesar de serem legitimadas oficialmente pela administração pública por uma denominação resultante de leis e decretos a qual presta homenagem a “personalidades públicas formadoras do pensamento políticos e cultural do país” (DICK, 1995, p.64) que se destacaram em diversos ramos do conhecimento, elas são reconhecidas pelos seus usuários pelas nomeações originais, oriundas de criações espontâneas que, como um foco de resistência, preservam a memória social.

É o caso, por exemplo, da Rua das Flores. Designação antiga e de cunho poético, foi assim chamada desde o princípio e posteriormente a Rua foi rebatizada oficialmente de Rua Aluísio Azevedo. A denominação paralela, Rua das Flores, continua sendo a designação predileta de seus usuários. Em contato com alguns moradores, foram selecionados depoimentos de uma senhora ali residente, há muitos anos, sobre os nomes que receberam a rua, como se sentia frente a uma nomeação oficial e de que forma se relacionava com aquele espaço no cotidiano. Além de ser uma das poucas moradoras antigas do local, visto que atualmente a rua é dominada por repartições e outros empreendimentos de caráter particular, foi a que expressou com maior clareza as ideias propostas para nossos objetivos. Nas palavras da informante:

Eu acho mais simpático Rua das Flores porque flores indica alegria... não é?... coisa boa... festa. (HMB, 83 anos)

Isso demonstra a relação afetiva que se estabelece na relação entre o morador e a rua na qual reside. Os topônimos são impregnados de memória e significações e constituem um cenário vivo integrado à história da vida local. As pessoas com pouco tempo que residem em um local, logo acabam por eleger um dos nomes e, mesmo os que sabem depois da existência de um nome oficial, reiteram a preferência por aquele que prevalece junto ao grande público, o topônimo paralelo, ou seja, o que se liga às características locais porque a comunidade assim o faz e nele se reconhece. Um topônimo não aceito, se usado por alguém, provoca estranheza e impossibilita uma comunicação mais rápida entre as pessoas de uma determinada localidade.

Além do que um topônimo não significa apenas uma referência espacial, mas sim um pedaço da memória local, um traço de identidade que vai se cristalizando semanticamente por estabelecer uma relação direta, coerente, entre designação e objeto designado e criar, conseqüentemente, uma imagem identitária do próprio ambiente que se integra ao patrimônio urbano daquela comunidade. Não obstante, o topônimo oficial pode ser relativamente apreciado pelos moradores, se houver alguma conexão entre a cultura geral e a denominação, apesar de não ser tão utilizado no cotidiano. A mesma informante diz:

Só que... Aluísio Azevedo eu ... eu... simpatizo muito com ele porque ele tem livros... não tem livros ... E depois ele era do Maranhão. (HMB, 83 anos)

Há uma relação de pertencimento do morador àquela comunidade local, um interesse afetivo por tudo que diz respeito àquele local com o qual se identifica. No caso, a aceitação da nomeação Rua Aluísio de Azevedo, embora imposta, advém do fato de haver uma aproximação, uma identificação cultural, por ter sido ele um escritor maranhense bastante conhecido que se filiou ao Naturalismo pelo reconhecimento da crítica nacional de suas principais criações literárias: “O Cortiço”, “O Mulato” e “Casa de Pensão”.

É interessante ainda ressaltar que, apesar do signo toponímico ser transparente, quanto à origem do nome Rua das Flores, segundo Vieira Filho (1971), não se sabe ao certo quando foi batizada e nem o que a motivou como aponta Lacroix (2012), dado que algumas nomeações apresentam-se em contraste com o aspecto físico das vias, embora, para uma versão popular, tenha havido uma horta nas proximidades que cultivava flores, daí a sua nomeação. Os moradores, de certo modo, como gente prática, tentam ser mais objetivos na escolha das designações das vias de sua cidade.

Em outro momento, a informante expõe sua indignação perante a denominação oficial, contudo sugere solução para o caso:

Eu acho confuso... acho meio confuso... porque... às vezes não dá nem tempo assim da gente gravar (inaudível) ... na correspondência às vezes vem Aluísio Azevedo ou Flores.

Eu acho importante era a consulta... marca uma consulta... aí vamos decidir e pronto... Sou totalmente contra a denominação oficial e também ficou mais Rua das Flores por conta dessa confusão... e acho que os próprios moradores começaram a escolher. (HMB, 83 anos)

Evidentemente que, como partícipes principais da vivência com a localidade, os moradores deveriam votar pela escolha ou não de uma nova nomeação. A falta de participação popular é comum nas questões toponímicas brasileiras, razão pela qual o nosso sistema de leis apresenta-se, ainda, muito vago.

Os governantes, por outro lado, valem-se de artifícios legais para objetivar a renomeação dos logradouros públicos das cidades. No âmbito estadual e municipal, há leis orgânicas que respaldam e dão garantias legais para efetivar através de atos a mudança dos nomes. No Maranhão e, em São Luís especificamente, há o uso desses artifícios e leis. A Lei Orgânica do Município de São Luís de 1990, no Capítulo II, contempla artigos sobre as competências do gestor nesse âmbito:

ARTIGO 45 - Compete à Câmara Municipal, observados os princípios das Constituições Federal e Estadual, dispor sobre sua organização e funcionamento, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere ao seguinte:

XI alteração da denominação dos próprios, vias e logradouros públicos;

Seção IV DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

ARTIGO 93 - É da competência privativa do Prefeito, dentre outras firmadas na lei, as seguintes:

XX oficializar, obedecidas às normas urbanísticas aplicáveis, os logradouros públicos;

XXI dar denominação aos prédios municipais e logradouros públicos;

XXII aprovar projetos de edificações e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;

O que acontece, de fato, é que o movimento de mudança arbitrária ainda se mantém, mesmo que não haja as condições propícias para tal acontecimento. A memória coletiva sempre está em perigo, até que uma consciência geral sobre o tema seja formada.

Outras nações conseguem perfeitamente aliar uma rigorosa legislação com a participação popular, atentando para a questão da identidade e da memória, a exemplo de Quebec, no Canadá:

Em Quebec, no Canadá, encontramos um sistema de normalização da toponímia muito bem elaborado e criterioso, que leva em consideração princípios fundamentais que transcendem as questões políticas. Isto se deve a própria visão que se tem da toponímia, na Carta da Língua Francesa, como um campo profícuo para a promoção da língua francesa da identidade de diferentes grupos étnicos de Quebec. (DI TIZIO, 2008, p.107)

É este transcender as questões políticas que se faz necessário nas discussões legais sobre a toponímia brasileira - trazer à tona a questão memorialística, a participação popular sem a perda do rigor legislativo - justamente para que não aconteça uma fragilização das denominações toponímicas.

6. Considerações finais

Convém ressaltar, desse modo, que, no processo nominativo dos topônimos paralelos, não há critérios definidos para a sua nomeação, entretanto não se dá de forma aleatória. Trata-se de um signo transparente por se reportar a um elemento natural presente no universo do cotidiano do sujeito enunciador/denominador. Os indivíduos promovem relações de diversas ordens com os espaços os quais habitam e, assim, os topônimos são recursos linguísticos que “ultrapassam, em muito, a conceituação teórica que lhes é atribuída, tornando-se, nas Ciências Humanas, fontes de conhecimento tão excelentes quanto as melhores evidências documentais” (DICK, 1992, p. 178), ao revelarem traços identitários de um povo.

Como produto social e cultural, o léxico toponímico é histórica e socialmente determinado. Trata-se de um complexo línguo-cultural, na medida em que o nomeador ao recortar linguisticamente a realidade – fazer uso de um item lexical comum que é alçado à categoria de nome próprio - não o faz de forma fragmentada, considera as múltiplas facetas que estruturam e determinam a forma linguística.

De fato, os atores sujeitos, no ato de batismo da nomeação de um espaço, imprimem marcas históricas e socioculturais vinculadas à realidade local que se integram naturalmente ao signo, constituindo a memória social de um povo. Nesse sentido é que memória e história se entrelaçam. É pelo patrimônio histórico, arquitetônico e urbanístico que

se delinea a primeira impressão da memória de uma cidade a qual permanece como espectro de um tempo passado.

Enfim, no momento em que vivemos, atualmente, no qual os testemunhos materiais e imateriais se apagam assustadoramente mudando a paisagem urbana, urge que preservemos os topônimos pioneiros como um ato de cidadania e que não deixemos silenciar a memória social, por desvelar os valores socioculturais, históricos e ideológicos que, integrados ao patrimônio urbano, conservam os traços identitários de um determinado espaço, os quais muitos escapariam às gerações futuras, se não fosse pelo simbolismo particular dos referidos topônimos.

REFERÊNCIAS

DICK, Maria Vicentina P. do Amaral. Fundamentos teóricos da Toponímia. Estudo de caso: O projeto ATEMIG - Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Org). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

_____. O léxico toponímico: marcadores e recorrências linguísticas. Um estudo de caso: a toponímia do Maranhão. *Revista brasileira de linguística*, São Paulo. SBPL. São Paulo: Plêiade. V.8, n.1, 1995, p.59 -67.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos*. São Paulo: Serviços de Artes Gráficas, FFLCH/USP, 1992.

_____. *Atlas toponímico: um estudo dialetológico*. Disponível em [http://www.filologia.org.br/revista/artigo/4\(10\)61-69.html](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/4(10)61-69.html). Acessado em 12 de novembro de 2014.

DITIZIO, Ideli Raimundo. *Tietê ontem e hoje: preservação ou mudança toponímica e a legislação do ato de nomear: uma proposta de lei*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

HOUAISS, Antônio, VILAR, Mauro Sales. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional *Centro Histórico de São Luís*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/baixaFadAnexo.do?id=281>. Acessado em 20 de janeiro de 2015.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *São Luís do Maranhão: corpo e alma*. São Luís, 2012.

NABAIS, Antonio J.C. Maia. *Toponímia e história: identidade e memória*. 2as Jornadas de Toponímia do Sul. Câmara Municipal de Albufeira. 28 de fev de 2008, p.5-8. Disponível em <http://toponimia.cm-albufeira.pt/documentos/actas>. Acessado em 15 de dezembro de 2014.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS, *Lei Orgânica do Município de São Luís*. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/municipais/a_pdf/lei_organica_ma_sãoluis.pdf. Acessado em 14 de novembro de 2014.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

VIEIRA, Zara Peixoto. *Estudo onomástico do Município de Socorro: reconstituição dos antropônimos e da memória da imigração*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2000.

VIEIRA FILHO, Domingos. *Breve história das ruas e praças de São Luís*. Maranhão, 1971.